

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA DE RIBEIRÃO  
PIRES, DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**Processo n.º 0002620-28.20008.26.0505**

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA. (“Síndica”)**, nomeada na **Falência** da empresa **TRIMEC ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA. (“Trimec” ou “Massa Falida”)**, na qualidade de Síndica, por meio de seus representantes legais, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., apresentar **RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO**, requerendo a sua juntada nos autos.

**I. BREVE SÍNTESE DOS FATOS RELEVANTES**

1. Em 09 de junho de 2000, a sociedade Trimec Estruturas Metálicas Ltda. requereu concordata preventiva, comprometendo-se ao pagamento do passivo quirografário em dois anos, distribuído em 2/5 no primeiro ano e 3/5 no segundo (**fls. 06/38**). A petição inicial foi acompanhada da documentação pertinente (**fls. 06/38**), complementada por novas juntadas no curso do processamento (**fls. 42/59 e 171/194**).
2. Constatou-se o regular funcionamento da empresa em diligência certificada (**fl. 197**). Posteriormente, foi proferido despacho determinando que a concordatária atendesse às solicitações formuladas pelo d. Representante do Ministério Público (**fl. 218**), o que ensejou manifestação e apresentação de documentos pela Requerente (**fls. 228/259 e 2603/283**).
3. O Ministério Público opinou pelo regular processamento da concordata (**fls. 230 e 284**). Na

sequência, este D. Juízo deferiu o processamento do favor legal (fls. 286 e 322).

4. No curso da fiscalização, o comissário requereu a convolação da concordata em falência, em razão do descumprimento das obrigações assumidas. A concordatária, apesar de regularmente intimada para apresentar as contas demonstrativas mensais e efetuar o depósito da primeira parcela, deixou de fazê-lo (fls. 455/455. e 533v.).

5. Diante da ausência de apresentação das contas demonstrativas e do depósito da 1ª parcela, foi requerida a convolação da concordata em falência (fls. 526/556). A falência foi decretada em 18.12.2001, com termo legal fixado em 15 dias anteriores ao pedido e prazo de 10 dias para habilitações de créditos não sujeitos à concordata. Nomeou-se síndico dativo (fls. 832/834). Procedeu-se à lacração do estabelecimento, bem como à arrecadação dos bens móveis (fls. 924/926).

6. Na fase falimentar, o síndico promoveu: (i) arrecadação e avaliação dos bens móveis (fls. 921/926), posterior remoção e pedidos sucessivos de autorização de venda, inclusive em razão de conflito de competência com a Justiça do Trabalho (fls. 1132; 1450-v; 1534/1536); (ii) obtenção de informações bancárias junto a diversas instituições para identificação de saldos, estornos de lançamentos posteriores à quebra e depósito dos valores em conta judicial (fls. 804-1090; 1044-v/1045; 1457/1458; 1460/1468; 1526); (iii) levantamento, arrecadação e venda de ações escriturais e outros investimentos financeiros (Coinvest, Atlas Schindler, Embratel, Tele Norte Leste, FINAM), com posterior depósito dos valores (fls. 1024; 1047/1048; 1445; 1450-v; 1526; 1558); (iv) expedição de ofícios a órgãos públicos e entidades para identificação de bens, créditos, empregados, FGTS, declarações fiscais, marcas, patentes e veículos (fls. 773/803; 777/790; 938/940; 1026/1027; 1504/1513; 1674-v; 1693/1694; 1752/1764).

7. Foi apresentado, no dia 09.07.2002, laudo de avaliação dos bens arrecadados pelo perito avaliador, Sr. José Antônio de Sousa Irmão, indicando valor total de R\$ 79.646,45 (fls. 937/942).

8. Foram colhidas declarações dos sócios nos termos do art. 34 do DL 7.661/45, incluindo informações sobre inexistência de imóveis, bens remanescentes e transferência da empresa “Staf

Sistema de Transportes Armazenagem Ferramentas Ltda.”, com posterior comprovação documental **(fls. 768/771; 1531; 1563; 1571/1621)**.

9. Em 29.05.2003, apresentou-se o Relatório das Causas da Falência, nos termos do art. 103 da Lei de Falências **(fls. 1450/1462)**. Em seguida, foi expedido mandado para remoção dos bens arrecadados, consignando-se que o proprietário do imóvel, Sr. Hidetoci Nakano, assumiria a condição de depositário, disponibilizando os meios de transporte **(fl. 1471)**. A diligência foi realizada **(fl. 1484)**. Consta, ainda, certidão de arquivamento dos livros contábeis **(fl. 1494)**.

10. O auto de arrecadação referente a ações escriturais (18.120 ON e 22.360 PN – Telemar Norte Leste Participações S.A.; 5.861 PN – Coinvest; 337 PN – Embratel; 18.120 PN – Embratel) foi lavrado em 25.11.2004 **(fl. 1824)**. Em 06.01.2005, o Oficial de Justiça entregou os livros contábeis/fiscais em cartório **(fls. 1834/1836)**. Foi autorizada a venda, em bolsa, das ações da Embratel e Coinvest, pelo Banco Itaú S.A. – Agência Ribeirão Pires **(fl. 1875)**. Foram tomadas as declarações do sócio Yasuo Kawana **(fl. 1972)**.

11. Às fls. 2101, há extrato de pagamento de precatórios no importe de R\$ 21.924,21, realizado em 28.01.2009, sobre o qual recaem penhoras da União. Determinou-se a expedição de ofício ao Juízo da 12ª Vara Cível Federal, solicitando a transferência do depósito e de eventuais outros valores à conta judicial vinculada ao presente feito, bem como a informação de que existem créditos mais privilegiados que os da União, devendo ser desconstituída a penhora **(fl. 2113)**.

12. No dia 10.05.2016, foi apresentado o Quadro Geral de Credores **(fls. 2.313/2.318)**, o qual foi disponibilizado no DJE no dia 13.06.2017 **(fl. 2349)**.

13. Em prosseguimento foi apresentado o Relatório do artigo 63, inciso XIX, da Lei de Falências **(fls. 2319/2327)**.

14. No dia 15.04.2023, foram fixados os honorários do síndico dativo e dos peritos, quais sejam, "remuneração do síndico dativo estimado em 6%, estimando do Sr. Perito Avaliador em 5% do valor arbitrado ao síndico estimando do Sr. Perito Contador em 30% do valor arbitrado ao síndico,

para elaboração da conta de liquidação pelo *Expert* (fl. 2.766).

15. Procedeu-se à unificação das contas judiciais mantidas no Banco do Brasil, apurando-se saldo de capital de R\$ 119.593,51 (fls. 2.771/2.780).

16. Apresentadas contas de liquidação (fls. 2795 e seguintes), de modo que este D. Juízo homologou os cálculos de liquidação apresentados às fls. 2.797/2.798, determinando que os credores providenciem a apresentação dos respectivos formulários para levantamento dos valores.

17. Este D. Juízo homologou a proposta apresentada às fls. 2.815/2.816, referente à aquisição de créditos oriundos de empréstimo compulsório sobre o consumo de energia elétrica, formulada pela requerente Supernova Energia Ltda.

18. Por fim, foi nomeada a ACFB Administração Judicial Ltda. como nova síndica, com determinação para assinatura do termo de compromisso em 48 horas (fls. 2.966/2.969).

19. Esta é a breve síntese do quanto processado até o momento.

## II. DAS DILIGÊNCIAS REALIZADAS PARA LOCALIZAÇÃO DE ATIVOS

20. No presente caso, foram realizadas as seguintes diligências para localização de ativos da Falida. Veja-se:

| Fls. | Diligência                  | Resultado  |
|------|-----------------------------|--|
| 1082 | Banco do Brasil             | Não constam aplicações   |
| 1084 | Banco Real                  | Constam dividendos em conta no valor de R\$ 161,40             |
| 1088 | Caixa Econômica Federal     | Não constam FGTS ref. as contas da Falida                      |
| 1092 | Banco Real                  | Consta saldo de R\$ 34,66 aplicado em Fundo Extra DI           |
| 1093 | Banco HSBC                  | Nada consta  |
| 1230 | Banco do Brasil             | Constam ações ON (18.120) e PN (22.360), ref. Tele Norte Leste |
| 1237 | Lastro Serviços Financeiros | Sem contas   |
| 1348 | Bovespa                     | Existência de cadastro, porém sem posição acionária            |

|      |   |  |
|------|---|--|
| 1349 | Banco Itaú                              | Constam aplicações (337 ações PE da Coinvest); (22 ações da OE da Atlas; 18.120 ações OE da Embratel; 18.120 ações EP da Embratel) |
| 1352 | INPI                                    | Marcas arquivadas e extintas   |
| 1478 | Banco Real                              | Não existiam duplicatas caucionadas  |
| 1480 | Banco BMC                               | Falida não é cliente da instituição  |
| 1838 | Banco Real                              | Positivo (R\$ 70,87)   |
| 1964 | Shopping Lupo                           | Não tem negócios com a Falida  |
| 1966 | Banco Itaú - Venda de ações da Embratel | Positivo   |
| 1967 | Shopping Jaraguá                        | Não tem negócios com a Falida  |
| 1969 | Banco Schahin                           | Possui contas, porém sem movimentações autorizadas   |

21. Assim, os ativos de maior relevância arrecadados nestes autos consistem em créditos oriundos de precatórios de titularidade da Falida, devidamente depositados no processo, conforme demonstrado no extrato de pagamento juntado à fl. 2101 e no curso do presente feito.

### III. DAS PENHORAS NO ROSTO DOS AUTOS IDENTIFICADAS

22. A Síndica procedeu à análise minuciosa dos autos e, no curso do exame, identificou a existência das seguintes **penhoras no rosto dos autos**, as quais devem ser devidamente consideradas para fins de atualização do Quadro Geral de Credores, se o caso:

| Fls. | Processo Origem           | Credor           | Valor  |
|------|---------------------------|------------------|--|
| 1884 | 001-0181/2000             | INSS e OUTROS    | 1) R\$169,25-honorários do perito; 2) R\$1.265,84, de contribuições previdenciárias (INSS); 3) R\$150,48, por custas processuais; 4) R\$524,70 |
| 2072 | 2007.61.82.048334-1       | FAZENDA NACIONAL | R\$ 32.004,95  |
| 2096 | 2008.61.82.014008-9       | FAZENDA NACIONAL | R\$ 29.122,96  |
| 2110 | 10126/03.                 | FAZENDA NACIONAL | R\$ 29.122,96  |
| 2119 | -                         | -                | Pedido de desconstituição das penhoras   |
| 2136 | 194/2000                  | INSS             | R\$ 9.077,59   |
| 2224 | 194/2000                  | 194/2000         | Pedido de desconstituição de penhora   |
| 2377 | 0010099-67.2003.8.26.0505 | FAZENDA NACIONAL | R\$ 45.605,57  |

23. Assim, referidas penhoras demandam análise pela equipe da Síndica de modo a aferir a

necessidade ou não da sua integração ao Quadro Geral de Credores a ser atualizado oportunamente nestes autos processuais.

#### IV. DA CONTA JUDICIAL VINCULADA AO FEITO FALIMENTAR

24. No tocante aos ativos realizados, procedeu-se à unificação das contas judiciais vinculadas ao presente feito falimentar, apurando-se saldo total de R\$ 119.593,51, conforme demonstrado a seguir:

|  |  |                             |
|--|--|-----------------------------|
| DJOP0127   | SISBB - Sistema de Informacoes Banco do Brasil | 30/10/2023                  |
| F1712926   | Depositos Judiciais Ouro                       | 11:10:51                    |
| ----- Extrato de Processo - Uso Cliente - Justiça Estadual ----- |  |                             |
| CONTA JUDICIAL   | : 1400129674659                                |                             |
| TRIBUNAL   | : TRIBUNAL DE JUSTICA SP                       |                             |
| COMARCA  | : RIBEIRAO PIRES                               | F.G.C. : Outros             |
| ÓRGÃO  | : 3ª VARA                                      | NTZ.AÇÃO : NAO ESPECIFICADA |
| PROCESSO   | : 00026202820008260505                         |                             |
| Réu  | : PARTE NAO CADASTRADA                         | CPF/CNPJ : 0                |
| AUTOR  | : MASSA FALIDA DE TRIMEC ES                    | CPF/CNPJ : 57600025000143   |
| DEPOSITANTE  | : OUTROS                                       |                             |
| SALDO DE CAPITAL   | : 119.493,51                                   | VALOR : 119.493,51          |
| SALDO PROJETADO P/HOJE   | : 119.551,17                                   | BLOQUEIO : 0,00             |
| -----  |  |                             |
| DATA   | PCL. AGÊ. NR.EVT DESCRIÇÃO                     | VALOR SALDO C/RENDIMENTOS   |
| -----  |  |                             |
|  | SALDO ANT. :                                   | 0,00 C                      |
| 27102023   | 0001 7840 APLICACAO                            | 665,39 C                    |
|  | 0002 7840 APLICACAO                            | 142,64 C                    |
|  | 0003 7840 APLICACAO                            | 1.102,79 C                  |
|  | 0004 7840 APLICACAO                            | 62.839,80 C                 |
|  | 0005 7840 APLICACAO                            | 54.689,30 C                 |
|  | 0006 7840 APLICACAO                            | 53,59 C                     |
|  |  | 119.493,51 C                |
|  | SALDO PROJETADO PARA DATA 30.10.2023 :         | 119.551,17                  |

(Fls. 2.780 dos autos)

25. Por oportuno, esclarece-se que em relação a este saldo judicial **foram realizadas as contas de liquidação ora homologadas pelo D. Juízo e cujos pagamentos foram autorizados** (fl. 2.898).

#### V. DOS BENS MÓVEIS ARRECADADOS



26. Rememora-se que os bens móveis da Falida estavam depositados na Av. Vereador Rubens Mazieiro, nº 1413, Ribeirão Pires, na responsabilidade de Hitetoci Nakano, inscrito no CPF sob nº 046.674.338-68, porém, tanto o Oficial de Justiça quanto o pretérito Síndico não localizaram o endereço (fls. 2.456/2.457).

27. Nesse sentido, o pretérito Síndico requereu pesquisa via SIEL para localização do endereço do depositário acima mencionado, para intimá-lo sobre os bens da Falida, que estavam sob sua guarda (fl. 2.457), tendo este D. Juízo deferido a pesquisa no dia 04.04.2019 (fl. 2.469).

28. Ocorre que, compulsando os autos, não se localizou o desfecho do referido tema, de modo que, salvo melhor juízo, a questão relativa aos bens móveis arrecadados permanece pendente. Diante disso, **requer-se** a realização da pesquisa via SIEL já deferida para localização do endereço do depositário Hitetoci Nakano, inscrito no CPF sob nº 046.674.338-68.

## **VI. DAS MEDIDAS PARA O PROSSEGUIMENTO DO PRESENTE FEITO**

29. Ao analisar os autos, sucintamente, observa-se que o atual cenário processual se restringe à seguinte situação: **(i)** a continuidade dos pagamentos autorizados por este D. Juízo; **(ii)** a atualização de Quadro Geral de Credores e contas de rateio; **(iii)** a resolução de outras pendências fáticas identificadas.

30. Desta forma, **de rigor que o presente feito seja direcionado para consolidação do ativo e passivo, com a adoção das medidas para efetivação de rateio dos valores que se encontram depositados em conta judicial e posterior encerramento**, sendo necessária a obtenção dos extrato atualizado da conta judicial unificada para que se tenha ciência quanto ao valor atualizado que poderá ser destinado para pagamento dos credores habilitados, de modo a viabilizar a atualização das contas de rateio pelo Síndica.

31. Sem prejuízo, objetivando resguardar os interesses da coletividade de credores sujeitos à presente falência, **dada a antiguidade do presente feito, aliada à possibilidade de realização de pesquisas mais abrangentes pelos convênios judiciais atualmente existentes**, a Síndica **requer**:

(i) seja realizada pesquisa **Arisp** para localização de eventuais imóveis de titularidade de Falida;

(ii) seja realizada pesquisa através do sistema **Sisbajud**, para determinação de eventuais ativos financeiros em nome da Falida;

(iii) seja realizado, pelo sistema **Renajud**, pesquisa e bloqueio de transferência e circulação de eventuais veículos existentes em nome da Falida, tendo em vista que não foi localizada pesquisa nesse sentido.

## **VII. DA CONCLUSÃO E PEDIDOS**

**32.** Ante todo o exposto, visando o regular prosseguimento do feito, a Síndica **requer**

(i) seja realizada pesquisa **Arisp** para localização de eventuais imóveis de titularidade de Falida.

(ii) seja realizada pesquisa através do sistema **Sisbajud**, para determinação de eventuais ativos financeiros em nome da Falida;

(iii) seja realizado, pelo sistema **Renajud**, bloqueio de transferência e circulação de eventuais veículos existentes em nome da Falida;

(iv) a **intimação** do Banco do Brasil para que informe o saldo atual da conta judicial unificada (nº 1400129674659), para posterior atualização das contas de rateio pela Síndica;

(v) **requer** a realização da pesquisa via SIEL já deferida para localização do endereço do depositário Hitetoci Nakano, inscrito no



CPF sob nº 046.674.338-68.

**33.** Por fim, a Administradora Judicial e sua equipe, honrada com sua nomeação, agradecem o voto de confiança de Vossa Excelência, bem como **pugna** que todas as intimações e correspondências sejam encaminhadas para ACFB Administração Judicial Ltda., através de sua representante, a advogada Antonia Viviana Santos de Oliveira Cavalcante, inscrita na OAB/SP sob o nº 303.042, com endereço na Rua Saint Hilaire, 87, Jardim Paulista, São Paulo/SP, e-mail: [contato@acfb.com.br](mailto:contato@acfb.com.br), sob pena de nulidade.

Termos em que,

Pede deferimento.

Ribeirão Pires, 11 de dezembro de 2025.

**ACFB ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL LTDA.**

**Antonia Viviana S. O. Cavalcante**

**OAB/SP nº 303.042**

**Fernando Bonaccorso**

**OAB/SP nº 247.080**

**Robson Lourenço M. G. V. S. Delgado**

**OAB/SP nº 384.634**

**Alyne Wisniewski de Souza**

**OAB/SP 437.532**

**Mariana Aparecida da Silva Ferreira**

**OAB/SP nº 376.481**

**Jessica Riobranco da Silva**

**OAB/SP nº 456.105**

**Celeste Tobias Otero Contuchi**

**OAB/SP nº 446.513**

**Anderson da Silva Menezes**

**OAB/SP nº 384.934**

**Gabriel Felipe Ferreira Vieira**

**OAB/PA nº 29.495**

**Sabrina Aparecida de Castro**

**OAB/SP nº 461.854**

**Silvana Shimeko Otsuki**

**OAB/SP nº 314.723**

**Ani Caroline da Silva Leite**

**OAB/SP nº 408.934**

**[www.acfb.com.br](http://www.acfb.com.br)**

**E-mail:** contato@acfb.com.br | **Telefone:** (11) 3230 6822

**Gabriella Luciano Quirino****OAB/PR nº 80.385****Lucas de Almeida Jacinto****OAB/SP nº 517.238****Alex Antônio Rodrigues****CRC/SC -044224/O****João Lucio Frois Simoneli****OAB/MG nº 221.800****Taynara Costa Parolin****OAB/MT nº 2727-3 O****Andrea de Oliveira Costa****CRC 1SP-335648**